

Financiamento da Educação no Brasil: Resgate, Manutenção e Ampliação

Professor Anízio Melo

• APEOC • FNNE

Evolução do Financiamento da Educação: da Constituição à Exploração Petrolífera



- ◆ **Base Constitucional – CF/88**

A Constituição de 1988 fixou os mínimos obrigatórios para educação:

- 18% da receita de impostos da União
- 25% das receitas de impostos dos Estados, DF e Municípios

Desafios Históricos



- DRU (Desvinculação das Receitas da União): permitiu uso livre de recursos, atingindo a educação.
- FUNDEF (1996–2006): fundo voltado apenas ao ensino fundamental.
- FUNDEB (2007–2020): ampliou o financiamento para toda a educação básica.

Evolução do Financiamento da Educação no Brasil

Financiamento da Educação Vulnerável

Financiamento da educação sob ameaça

Criação do FUNDEF

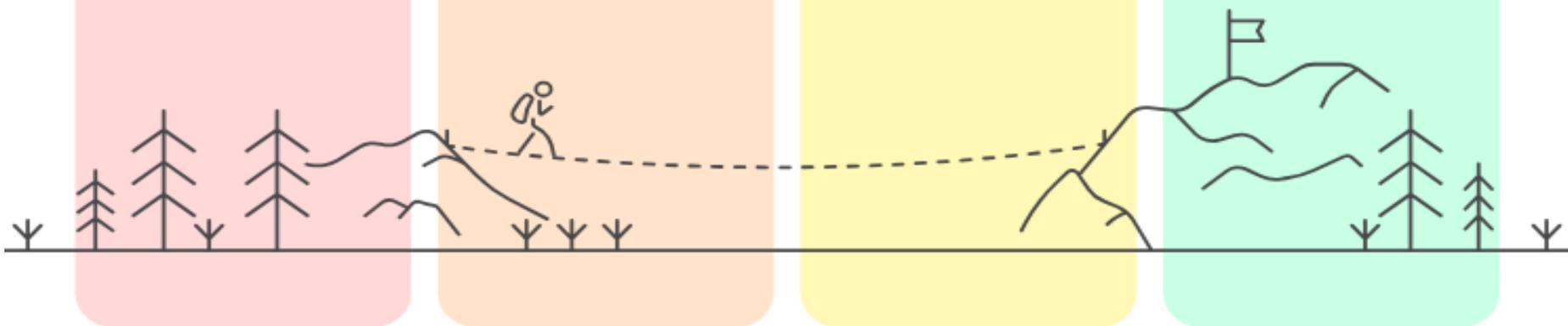
Financiamento focado no ensino fundamental

Criação do FUNDEB

Financiamento expandido para toda a educação básica

Financiamento da Educação Fortalecido

Financiamento da educação garantido e redistribuído



Avanços Recentes



- Novo FUNDEB (EC 108/2020): permanente, mais recursos da União, blindado contra desvinculação.
- Royalties do Pré-Sal: parte das receitas deve ser destinada à educação, mas a governança é frágil (vide relatório do TCU).

Financiamento educacional

Pros



- Financiamento ampliado
- Distribuição justa
- Valorização dos professores

Cons



- Desvio de royalties
- Governança frágil
- Decisões de curto prazo

Avanços Recentes

RESUMO DADOS DO RELATÓRIO TCU



| Tema | Situação Atual |
|-----------------------------|---|
| Arrecadação Total | Cerca de R\$ 146 bilhões (2012–2022) |
| Saldo em Caixa (2022) | Apenas R\$ 20 bilhões |
| Uso Indevido de Recursos | R\$ 64 bilhões para amortização da dívida pública |
| Governança Institucional | CGFFS e CDFS ainda não foram criados |
| Discrepâncias nos Registros | Diferença de R\$ 500 milhões entre ANP e Tesouro |
| Ações do TCU | Cobrança por regulamentação e criação de comitês |

Perspectivas Estratégicas

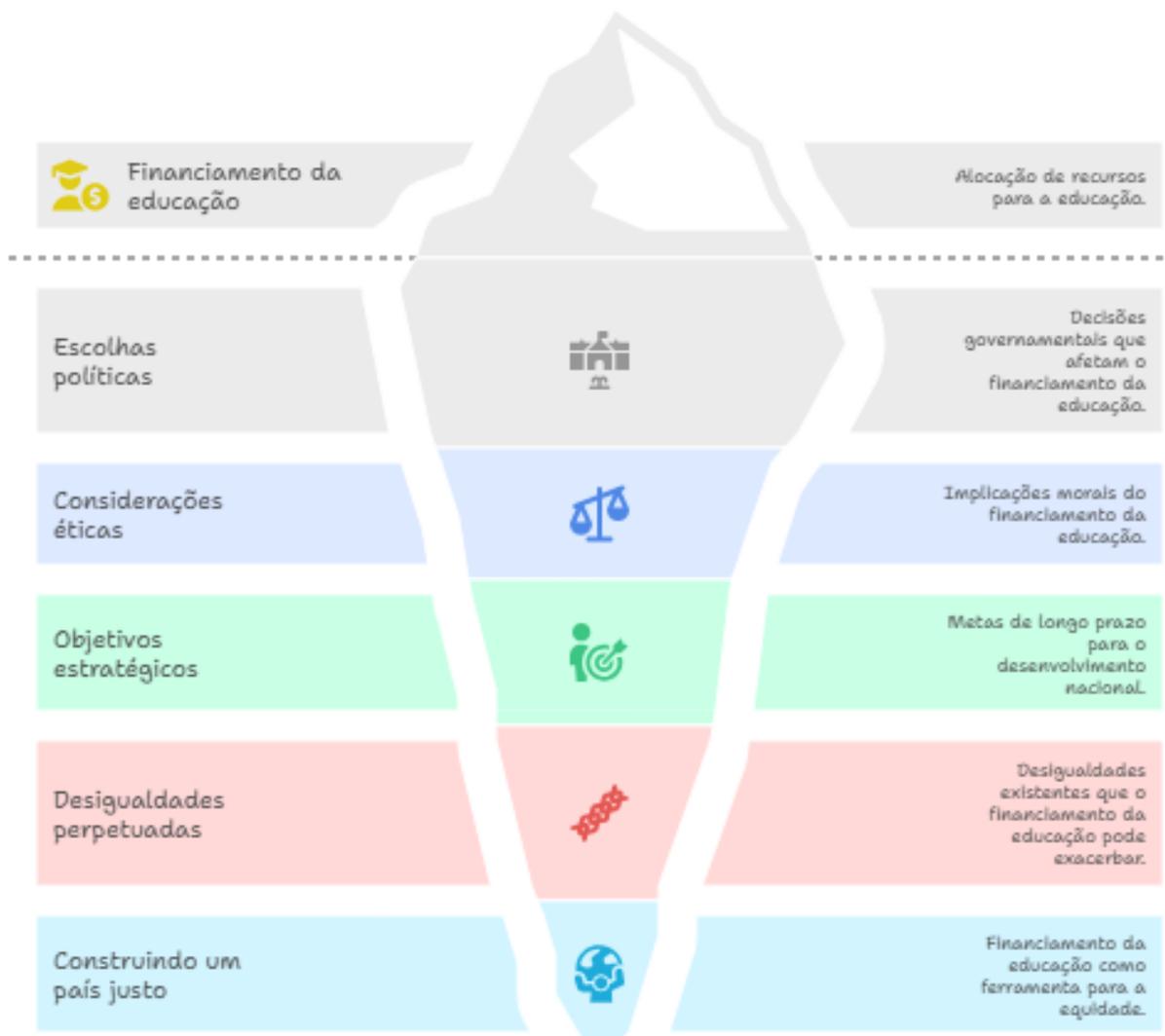


- Fortalecer o uso sustentável dos royalties
- Acompanhar a exploração de novas fronteiras petrolíferas:
 - Margem Equatorial (Norte/Nordeste)
 - Pré-Sal do Sul (Bacia de Pelotas)
 - Ampliar marcos legais que assegurem os recursos da educação diante do esgotamento futuro do petróleo

Financiando a educação através de novas fronteiras petrolíferas



Financiamento da educação no Brasil: mais do que apenas números.



Conclusão e Perspectiva

1. Governança forte: com fundos regulados, conselhos operantes e fiscalização social efetiva.
2. Legislação protetiva: que assegure a vinculação dos royalties à educação básica e à valorização do magistério.
3. Visão de longo prazo: tratando o petróleo como recurso não renovável e a educação como herança permanente para as futuras gerações.

O financiamento da educação no Brasil, portanto, não é apenas um debate técnico. É uma escolha política, ética e estratégica — entre perpetuar desigualdades ou construir um país justo, soberano e desenvolvido.